Editorial

Naiara Sandi de Almeida Alcantara

Doutoranda, Universidade Federal do Paraná – UFPR

Editora-chefe da RECP

Conscientes do nosso atraso em publicar alguns volumes da revista, iniciamos esse editorial pedindo desculpas aos autores e autoras que aguardam pacientemente a publicação de seus textos. O ano de 2020 foi atípico em todos os lugares do mundo, bem como nos aspectos sociais, econômicos e políticos. A COVID-19 impôs uma nova dinâmica, e as medidas de enfrentamento a doença impuseram restrições que repercutiram em diversos setores, e na Revista Eletrônica da Ciência Política não foi diferente, também fomos impactados pelas mudanças que se fizeram urgentes e necessárias. Neste sentido, nos deparamos com alguns percalços na adequação ao trabalho remoto, o que importou em uma morosidade na realização das atividades. Considerando a superação dos obstáculos enfrentados, abrimos essa segunda edição de 2019 da Revista Eletrônica de Ciência Política anunciando que finalmente estamos de volta, com uma equipe unida e com muita força de vontade para retomar o trabalho de excelência desenvolvido pelos membros da revista.

Abrimos essa edição deixando nosso agradecimento, em nome de todos os membros da RECP, à Flávia Babireski, nossa ex editora-chefe que com toda a sua dedicação e esforço na condução da RECP manteve o nível de publicações, na medida do possível, e nos deixa uma missão a ser continuada, somos admiradores de seu trabalho e sua competência.

O segundo número de 2019 será composto por sete artigos, mantendo o nosso padrão por edição. A RECP busca se fortalecer como meio de divulgação de pesquisas em andamento de pós-graduandos em Ciência Política, por isso, nos empenhamos em publicar trabalhos apresentados em eventos pelo nosso público, como feito nas edições anteriores, onde divulgamos os trabalhos premiados do V Fórum Brasileiro de Pós- Graduação em Ciência Política e com o Dossiê Comportamento Político, Participação e Democracia com trabalhos de destaque apresentados na terceira edição do evento de mesmo nome.

Abrindo o número temos o texto *AJUSTES NUM BARÔMETRO POLÍTICO: SUGESTÕES PARA A MENSURAÇÃO DA PRESSÃO DE ENTIDADES SINDICAIS SOBRE DECISORES POR MEIO DA COMPARAÇÃO DAS AGENDAS LEGISLATIVAS DA CNI E DA CUT (2015-2017)*, de autoria de José A. Hartmann. O artigo visou contribuir com o desenvolvimento metodológico no que se refere à mensuração de interesses de grupos em relação ao Parlamento, e se propôs não apenas a cotejar as posições manifestas de entidades sindicais em relação ao processo legislativo, como também a comparar entidades sindicais de natureza diversa e, possivelmente, de interesses contraditórios.

O segundo artigo *AS INTERAÇÕES ENTRE INIQUIDADES DE GÊNERO E A INEFETIVIDADE DOS DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE AUSTERIDADE*, de autoria de Mirela Faleiros Rezende e Carolina Lima Gonçalves contribuiu para o estado da arte através da análise da efetividade dos direitos constitucionalmente assegurados em tempos de austeridade. Para tanto, as autoras partiram do princípio de que todos os direitos implicam um custo estatal para sua implementação, evidenciando que a alocação de recursos pelo Estado, compreende despesas públicas, tributação e concessão subsídios fiscais. Dentre outros tópicos, uma das seções foi

destinada a examinar em que medida o ajuste fiscal aplicado no Brasil se relaciona iniquidades de gênero, verificando seus impactos no Brasil atual.

Na sequência, o terceiro artigo, *DA INCURSÃO DO MOVIMENTO AFROEQUATORIANO NO ESTADO: POSSIBILIDADES E LIMITAÇÕES*, discutiu acerca da influência do debate teórico e político sobre multiculturalismo em uma das demandas centrais dos afroequatorianos, que é o reconhecimento como “povo”, e, ao tempo, apresentar e discutir as principais correntes teóricas que tentam explicar a incursão do movimento social afroequatoriano no Estado. A análise permitiu que a autora, Johanna K. Monagreda, apontasse caminhos para entender o processo de institucionalização da luta antirracista e dos direitos coletivos para população afrodescendente e refletir sobre as possibilidades de continuidade da política em tempos de mudança ideológica dos governos.

Já o quarto artigo, *ASSIMETRIA DE PODER NA CÂMARA SETORIAL DA CITRICULTURA DO MAPA E OS GRUPOS DE INTERESSE CITRÍCOLA* de autoria de Camilla Silva Geraldello, teve como objetivo compreender como grupos de representação de interesses citrícolas participaram e utilizaram a Câmara Setorial (CS) da Citricultura no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), entre 2004 e 2018, para obter benefícios novos ou manter benefícios existentes.

O quinto artigo, *O REGIONALISMO VESTE ROSA: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS E DIMENSÕES POLÍTICAS DOS REGIONALISMOS SUL AMERICANOS PÓS-2000*, de Mariana Felix Quadros, buscou investigar as relações regionais que levaram à criação da UNASUL, e sucessivamente o impacto da mudança política regional em sua dinâmica. Com surgimento a partir dos anos 2000, essa organização se insere na esteira do regionalismo pós-hegemônico e da chamada “Onda Rosa”.

O sexto artigo, *UMA ANÁLISE DOS APENADOS POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E/OU PECUNIÁRIA NO PARANÁ*, de Helena Nickel e Pery Francisco Assis Shikida, teve como objetivo descrever o perfil sociodemográfico e criminal de apenados no âmbito da 4ª Vara da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, Seção Judiciária do Paraná, cujas penas privativas de liberdade foram substituídas por prestação de serviços à comunidade e/ou prestação pecuniária. Ao final do texto, foi demonstrado que a principal motivação para o crime econômico está relacionada com a ideia de ganho fácil/indução de amigos/cobiça, ambição, ganância/inveja/manter o status (46,1%).

Por fim, o sétimo artigo, *PERCEPÇÃO MACROECONÔMICA E FELICIDADE PARTIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO DO BRASIL (2010-2016)* de autoria do Anderson Henrique, pesquisou o efeito da percepção macroeconômica de inflação e desemprego sobre o nível de felicidade, partindo do argumento de que referido efeito depende da ideologia política no Brasil. Ao final dos testes estatísticos, o autor demonstrou que não há efeito significativo da percepção macroeconômica de inflação e desemprego condicionado à ideologia sobre o nível de felicidade dos eleitores no Brasil.

Agradecemos a todos os autores que escolheram a RECP como meio de divulgação de suas pesquisas, e a todos desejamos uma ótima leitura!

Curitiba, abril de 2021.